

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA  
CURSO DE BACHARELADO EM URBANISMO

LINIKER DE JESUS BARBOSA

**RESISTÊNCIA E AGLOMERADOS SUBNORMAIS:  
UM ESTUDO DE CASO DO BAIRRO DA PAZ, SALVADOR, BAHIA  
ENTRE 1982 E 2010**

SALVADOR

2014

LINIKER DE JESUS BARBOSA

**MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO**  
**RESISTÊNCIA E AGLOMERADOS SUBNORMAIS:**  
**UM ESTUDO DE CASO DO BAIRRO DA PAZ, SALVADOR, BAHIA**  
**ENTRE 1982 E 2010**

Monografia apresentada como requisito final de avaliação para concessão de grau em Bacharel em Urbanismo pela Universidade do Estado da Bahia, sob orientação da professora Dra. Rosali Braga Fernandes.

SALVADOR

2014

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA  
CURSO DE BACHARELADO EM URBANISMO

**LINIKER DE JESUS BARBOSA**

**RESISTÊNCIA E AGLOMERADOS SUBNORMAIS:  
UM ESTUDO DE CASO DO BAIRRO DA PAZ, SALVADOR, BAHIA  
ENTRE 1982 E 2010**

Monografia para obtenção do grau de Bacharel em Urbanismo

Salvador, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

Banca Examinadora:

Jorge Ney Valois Rios  
Mestre em Geografia  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia

Plínio Martins Falcão  
Mestre em Arquitetura e Urbanismo  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia

Rosali Braga Fernandes  
Doutora em Geografia Humana  
Universidade do Estado da Bahia

FICHA CATALOGRÁFICA: Sistema de Bibliotecas da UNEB

Barbosa, Liniker de Jesus.

Resistência e Aglomerados Subnormais: um estudo de caso do Bairro da Paz, Salvador, Bahia entre 1982 e 2010 / Liniker de Jesus Barbosa – Salvador, 2014. 52f.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosali Braga Fernandes.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Exatas e da Terra. Colegiado de Urbanismo. Campus I. 2014.

Contém referências, apêndices e anexos.

1. Espaço Urbano – Salvador (BA) 2. Poder 3. Resistência. 4. Aglomerados Subnormais – Salvador (BA). I. Fernandes, Rosali Braga. II. Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Exatas e da Terra.

CDD: 307.76

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, às forças do bem que me movem e me fazem acreditar na vida a favor da vida e me guiam para um bom caminho: Deus, Olorum.

À minha família, que compreendeu os momentos de ausência e sempre me apoiou nesta fase da vida. Meu pai, Paulo César (*in memoriam*), que mesmo não estando presente fisicamente, deixou em mim a vontade de lutar por um futuro melhor, me ensinou a perceber que apesar das dificuldades, há sempre a possibilidade de superação. Ao meu irmão Saulo, que precocemente teve que crescer com a ausência do nosso pai.

De modo especial, agradeço à minha mãe, Elenita por todo apoio que pôde me oferecer, estando presente nos momentos em que mais precisei. Ela que colaborou para a formação de minha índole, ela que é exemplo de mãe, ela que conseguiu criar dois filhos ensinando o valor do trabalho e do crescimento com o próprio esforço.

Aos meus amigos e parentes que mesmo na distância não permitiram que o esquecimento nos afastasse. Aos novos amigos que me possibilitaram novas experiências. De igual modo, agradeço ao meu parceiro de caminhada, Gleidson Figueredo.

Agradeço aos colegas de curso e professores, em especial à professora Miriam Velasco e à professora orientadora, Doutora Rosali Fernandes que dividiram seus conhecimentos e suas experiências onde farão toda diferença em meu comprometimento pela busca de cidades mais justas para todos.

Agradeço aos colaboradores deste trabalho, em especial Juliana Caldas, Jamile Brito, Cenilton Fonseca, Renée Buzahr, Jhonatã Gabriel, os moradores do Bairro da Paz e a todos que ajudaram de forma direta ou indireta.

De modo igual, agradeço aos professores da Banca Examinadora que apontaram alternativas construtivas para um resultado satisfatório deste trabalho.

Por fim, é pertinente salientar que o Urbanismo foi um objetivo de vida e, desde o processo de seleção, passando pelo período mais tempestuoso desta graduação, nunca deixei de acreditar no nosso potencial e da incomensurável importância que temos na vida das cidades e daqueles que nela habitam.

## RESUMO

Esta monografia tem como objetivo principal caracterizar os processos de resistência em aglomerações subnormais, tendo nesta pesquisa, o Bairro da Paz em Salvador, Bahia como objeto de estudo. O método hipotético-dedutivo foi utilizado para a elaboração deste trabalho. A abordagem teórica é composta por uma discussão acerca da relação entre poder e resistência, discutindo-se também o que é um aglomerado subnormal e aspectos jurídicos utilizados pela Prefeitura Municipal do Salvador para a consideração da cidade (normal). Em seguida traça-se uma caracterização do Bairro da Paz, identificando vulnerabilidades, potencialidades e a importância disto no processo de resistência, permanência e exigências por melhorias no bairro.

**Palavras-chave:** Resistência, Poder, Aglomerados Subnormais, Bairro da Paz.

## RESUMEN

Esta monografía tiene como objetivo caracterizar los procesos de resistencia en las aglomeraciones subnormales, con esta investigación, el Bairro da Paz, en Salvador, Bahía, como objeto de estudio. El método hipotético-deductivo se utilizó para este estudio. El enfoque teórico consiste en una discusión sobre la relación entre el poder y la resistencia, también argumentando que es una racimos normales y aspectos jurídicos utilizados por la Ciudad para la consideración de la ciudad de Salvador (normal). Entonces-polilla es una caracterización de Bairro da Paz, identificar vulnerabilidades potenciales, y la importancia de la misma en la fuerza, la permanencia y los requisitos para la mejora de procesos en el barrio.

**Palabras clave:** Resistencia, Poder, Aglomerados Subnormales, Bairro da Paz.

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	8
<b>1 Espaço Urbano: Expressão de Poder e Resistência</b> .....	11
1.1 Espaço Urbano, Espaço de Poder .....	11
1.2 Espaço Urbano, Espaço de Resistência .....	15
Referências .....	17
<b>2 Aglomerados Subnormais</b> .....	18
2.1 Aglomerados Subnormais sob a ótica do IBGE: Confrontando à realidade Urbana do Brasil .....	18
2.2 Perspectivas da Legislação Urbanística de Salvador: caracterizando a Cidade Regular.....	22
Referências .....	26
<b>3 Bairro da Paz: Resistência e Sobrevivência</b> .....	27
3.1 Caracterizando o Bairro da Paz .....	28
3.1.1 Histórico de Evolução Estrutural e Populacional do Bairro da Paz .....	33
3.2 Impactos de Resistência no Bairro da Paz.....	36
Referências .....	41
<b>Considerações Finais</b> .....	42
<b>Referências</b> .....	45
<b>Apêndices</b> .....	47
<b>Anexos</b> .....	50

## Introdução

Este trabalho tem como objetivo geral caracterizar os processos de resistência nas aglomerações subnormais tomando como estudo de caso o Bairro da Paz, em Salvador, Bahia, identificando vulnerabilidades e potencialidades. Os objetivos específicos visam analisar o processo de urbanização na perspectiva da ocupação subnormal e na estrutura sócio espacial do Bairro da Paz identificando a importância da resistência e o papel dos diversos agentes no processo de ocupação, bem como os impactos de resistência em relação ao espaço urbano. Esses impactos vão desde os equipamentos coletivos, passando pela condição de habitação, entre outros aspectos.

O método hipotético-dedutivo é utilizado na realização deste trabalho, uma vez que existe o confronto entre as ações dedutivas e as provas conclusas. Neste sentido, o hipotético foi submetido a testes levando em consideração fatos comprováveis. A partir deste método o problema foi reconhecido e a construção teórica foi feita através de um referencial que serviu como suporte científico na elaboração desta pesquisa.

Em termos das técnicas utilizadas para a aproximação à realidade analisada esta pesquisa está dividida em três seguimentos. No primeiro momento foi feito um levantamento de estudos já realizados que contribuiu como diagnóstico e como subsídio sobre o histórico de ocupação, evolução e estruturação do Bairro da Paz, servindo como referência para a pesquisa de campo e para o desenvolvimento da pesquisa de modo geral. Entre as principais fontes estão os estudos desenvolvidos pelo setor público e acadêmico, disponíveis na internet ou em publicações. No segundo momento da pesquisa foi feito o levantamento de dados sobre o objeto de estudo, o Bairro da Paz. Por último foram feitas as representações cartográficas demonstrando a área de estudo, de modo a facilitar melhor visualização do objeto de estudo.

O aglomerado subnormal denominado Bairro da Paz, situado às margens da Avenida Luis Viana, também conhecida como Avenida Paralela, tem suas origens no

ano de 1982 quando um grupo de pessoas excluídas do mercado imobiliário ocuparam uma área que se encontra na Região Administrativa de Itapuã, em Salvador. Por muito tempo o aglomerado foi tratado convencionalmente como invasão por parte da imprensa local, o que contrariou a autodeclaração dos moradores ao sentirem-se na condição de ocupantes, não de invasores (CORREIA, 2004).

Segundo Correia (2004) nos primórdios da aglomeração o bairro se chamava Malvinas, em função da guerra entre a Argentina e a Inglaterra pela posse das Ilhas Malvinas. O bairro foi considerado um “erro” por estar instalado na Avenida Paralela. Diversos setores forçaram o fim da ocupação, o que resultou em conflitos tanto pela permanência, quanto pela busca de melhorias.

Devido ao esquecimento e falta de investimentos o bairro passou a ter um dos maiores índices de violência em Salvador. A mudança de nome de Malvinas para o Bairro da Paz se deu justamente pela contradição e ao mesmo tempo o desejo que de fato o Bairro da Paz faça jus em seu nome.

No Brasil, aproximadamente 12 milhões de pessoas, ou 6% da população brasileira, moram em ocupações subnormais existentes em 323 municípios. Elas estão distribuídas em 3.224.529 domicílios. O número de pessoas vivendo nas referidas áreas irregulares subiu 75% entre 2000 e 2010. Da população residente em ocupações subnormais, 59,3% estão concentrados nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, de Belém, de Salvador e de Recife. (Censo 2010: Aglomerados Subnormais - Primeiros Resultados. IBGE, 2011). Estes dados caminham para a constatação de um possível equívoco em relação aos resultados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da necessidade de pesquisa sobre aglomerados subnormais, principalmente onde prevalece esse tipo de ocupação. O Bairro da Paz faz parte do grupo de ocupações que se encaixam neste perfil.

Existe a necessidade de estudos referentes à resistência como elemento fomentador no surgimento de bairros, comunidades, favelas, entre outros tipos de ocupações, assim como estudos de caso no Bairro da Paz, tendo em vista a carência de estudos com este caráter.

O processo de ocupação do Bairro da Paz é similar ao de tantos outros (irregular e espontâneo). No entanto, este é um caso em que a resistência foi e é uma característica marcante da população nesta ocupação. Isto porque os moradores por muito tempo foram pressionados por forças externas (Estado e Mercado Imobiliário principalmente) a desocuparem o local. No entanto, a comunidade resistiu e vem se consolidando aos poucos.

O Bairro da Paz é uma comunidade fortalecida a partir da resistência e pode ser tomada como exemplo para outras com realidades parecidas.

A fundamentação teórica está dividida em três aspectos principais e conceituais, que, juntas, são o alicerce desta pesquisa. No primeiro item é retratada a relação intrínseca entre o poder e a resistência. No segundo momento, uma explanação acerca do que é um aglomerado subnormal traz os tipos e critérios usados para a caracterização. Por último, é caracterizado o Bairro, onde há uma descrição precisa do Bairro da Paz e os impactos de resistência, ou seja, o que foi alcançado entre os anos de 1982 até 2014.

As considerações finais estarão trazendo perspectivas de intervenções necessárias a partir dos problemas expostos nesta pesquisa.

## 1 Espaço Urbano: Expressão de Poder e Resistência

### 1.1 Espaço Urbano, Espaço de Poder

Fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. Assim Corrêa (1989) define o Espaço Urbano. Utilizando desse aspecto conceitual a fim de demonstrar o Espaço Urbano como uma expressão do Poder se faz necessária uma análise sobre a formação das primeiras cidades.

Segundo Monteiro (apud SOJA, 2000, p. 229) as primeiras cidades nasceram com a finalidade de anunciar, aculturar, disciplinar e controlar. Neste mesmo sentido, Foucault (1979) demonstra que as cidades se organizam tendo como principais bases a vigilância e a adesão. Neste sentido, o ser, enquanto urbano, está automaticamente aderindo e se adaptando aos plurais seguimentos que estão dispostos nas cidades.

A história dos espaços está intimamente ligada à história do poder. Para Foucault (1979) os espaços estão subordinados ao poder, no entanto, se faz necessária a adoção de um público que abrace um discurso específico para que o poder se estabeleça.

A lógica da submissão de poder permanece até os dias atuais, no entanto com características ajustadas às novas configurações do espaço. Os modos de punir, que antes se evidenciava pela função política e judicial fora substituído parcialmente por um sistema penitenciário que visava o controle da sociedade. Nesse contexto, a punição era designada para castigar e condenar a morte aqueles que infringiam às normas e leis que regiam a sociedade (FOUCAULT, 1987).

As relações de poder estão presentes em todos os espaços e funcionam como motivador das ações humanas. Sendo assim, o poder não está limitado apenas ao Estado, pois as famílias, a escola, a igreja também fazem parte das

instituições sociais que, juntas, compõem e caracterizam o corpo social. É necessário, no entanto, a produção, acúmulo e funcionamento de uma argumentação específica capaz de convencer e influenciar a sociedade (FOUCAULT 1979).

Monteiro (apud FOUCAULT, 1977, p. 301-302) descreve um espaço fechado sobre si mesmo que teria a finalidade vigiar a todos a todo o momento. Os discursos específicos de poder foram capazes de criar representações no espaço urbano na Idade Média, o poder se concentrava em torno de um soberano. As maiores edificações simbolizavam a concentração de poder, seja no aspecto arquitetônico dos palácios, das igrejas ou da fortaleza. As consequências desses discursos estão refletidas nas cidades, assim, Foucault demonstra que:

A arquitetura começa no final do século XVIII a envolver-se com os problemas de demografia, de saúde e com a questão urbana. Antes, a arte de construir se liga ao ato de explicitar o poder temporal ou divino. O palácio, a igreja, a fortaleza se constituíam na santíssima trindade das formas arquiteturais. A arquitetura é manifestação de poder, do rei ou de Deus. Seu desenvolvimento estava centrado sobre estas referências. Então, no final do século XVIII, surgem novos problemas e entre eles a questão da conformação do espaço voltado para fins político-econômicos. (FOUCAULT, 1979).

O exercício do poder esteve presente nas principais reformas urbanas do século XIX uma vez que os espaços privilegiados eram voltados para determinado grupo social que detinha o poder. Isso culminou numa separação social rebatida principalmente na aparência física das cidades. Assim:

[...] pode-se afirmar que a questão do exercício do poder está no centro das grandes reformas urbanas acontecidas no século XIX em Barcelona, Viena, Paris, no processo de embelezamento das cidades americanas no portal do século vinte, ou na reconstrução de Roma, Berlim e Moscou, no apogeu dos regimes totalitários, entre os anos vinte e quarenta do século passado, isto é evidente. (MONTEIRO, 2008, p. 301).

De acordo com Foucault (1987) houve a necessidade de tornar as cidades mais unitárias e com poder também unitário. Isso foi constatado a partir do surgimento dos problemas decorrentes da inviabilidade nas múltiplas jurisdições entre os poderes e pelos primeiros indícios da classe média operária que começava a emergir entre os séculos XVIII e XIX, que ocasionariam em tensões políticas e sociais.

O homem está condicionado às relações de poder. Neste caso, o poder pode ser conceituado como a capacidade de agir em relação à sociedade, bem como a eficiência do homem determinar o comportamento do homem. Assim, Bobbio (1998) demonstra que o homem é um sujeito do poder social e este poder se exerce e se faz presente nas mais variadas formas, como por exemplo, na capacidade de um pai dar ordens ao seu filho ou de um Governo dar ordens aos cidadãos.

O poder é exercido tendo como uma das características a habilidade para o homem dominar sua própria espécie. Sendo assim, Bobbio (1998) afirma que o poder passa da simples possibilidade a uma atitude. Neste caso, entende-se como poder potencial tudo aquilo que for possível de ser persuadido com argumentos. O poder em ato seria o que efetivamente é exercido sobre o outro indivíduo tendo como resultado a aceitação por parte de um público (Bobbio 1998).

O poder pode levar um comportamento a confrontar com o outro. Assim, é correto afirmar que o Estado exerce poder sobre a população, quando lhe dá, com êxito uma determinada ordem, no entanto quando a população não obedece e, em sua vez rebela-se, o poder do Estado sobre a população se transforma em uma tentativa malograda de exercer o poder.

O poder pode ser entendido como a capacidade de impor uma vontade ao comportamento geral. No entanto, o êxito desta imposição depende mais da aceitação geral que da simples vontade de dominar. Neste aspecto, Cella (2005) demonstra que a eficiência no exercício do poder,

Parte de um modelo teleológico da ação: um sujeito individual (ou um grupo, que pode ser considerado como um indivíduo) se propõe um objetivo e escolhe os meios apropriados para realizá-lo. O sucesso da ação consiste em provocar no mundo um estado de coisas que corresponda ao objetivo proposto. Assim, o sucesso depende do comportamento do outro sujeito, e, portanto, deve o sujeito deter meios que induzam no outro o comportamento desejado. É essa capacidade de disposição sobre os meios que permitem influenciar e controlar a vontade de outrem que Max Weber denomina como poder (CELLA, 2005, p.1).

Portanto, não existem sociedades livres da relação de poder. Neste sentido, o poder é um motivador para o surgimento da Resistência. O poder é concebido como um conjunto de relações de forças múltiplas, sendo o mesmo, resultado pelas lutas e

batalhas. Deste modo, são estabelecidas as relações de poder que desenvolvem e distribuem um complexo e reversível campo de batalha de forças intensivas, as quais desempenham o papel de adversário, alvo e apoio.

As relações de poder resultam em diferentes configurações de forças que se encontram suavemente ligadas. As relações formadas a partir desta constatação permitem entender que tais relações estão submetidas à resistência. Neste sentido, Foucault discute:

Esta resistência de que falo não é uma substância. Ela não é anterior ao poder que ela enfrenta. Ela é coextensiva e absolutamente contemporânea [...] Para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele (FOUCAULT, 1979, p. 241).

De acordo com Foucault, o poder não possui uma essência ou uma natureza universal; o que existe são formas e relações localizadas e espalhadas de poder em um nível molecular da sociedade. Todos estariam imersos nas relações de poder, não sendo o poder algo que se possui, mas algo que se exerce em relações de várias naturezas (apud VENTURA, 2009, p.157). O poder, neste sentido, exerce uma função e se efetua e funciona de forma conectada, assim, o poder está mais para um método, um plano ou meio do que um mero objeto.

Foucault analisa as relações de poder para além do que é aparentado. Segundo o pensador, todos, sem nenhuma exceção estão submetidos ao poder. Portanto, o poder só existe quando há resistências e assim vice-versa formando uma relação. As resistências passam a se tornar variadas e com características diversificadas. Onde existisse poder, existiriam resistência e possibilidade de luta. Sobre este aspecto, diz Foucault:

[...] não existe [...] um lugar da grande Recusa – alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências no plural, que são casos únicos: possíveis, necessários, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder. [...] As resistências não se reduzem a uns poucos princípios heterogêneos; mas não é por isso que seja ilusão, ou promessa necessariamente desrespeitada (FOUCAULT, 1976, p.91-92).

## 2.1 Espaço Urbano, Espaço de Resistência

O nascimento do movimento de resistência se deu a partir da necessidade de questionar ou combater forças maiores que compõem a humanidade. Bobbio (1998) retrata a resistência com base na historicidade política, mais precisamente ao associar à formação desses movimentos a oposição que se deu entre a Alemanha e a Itália na segunda guerra mundial.

O próprio termo Resistência leva a entender que se trata mais de uma atitude ou de uma reação, um modo de defender-se que propriamente uma ofensiva, uma oposição que uma conflagração (BOBBIO, 1998).

A resistência tem como um dos seus fundamentos a produção de espaços. Neste caso, Santos (2000) parte da ideia de que resistir, considerando o velho meio de exploração é negar e não permitir a submissão de novas formas de produção de exploração atual. No entanto, para além da resistência, se faz necessária à criação de novos meios que seriam a confirmação do novo, por esse motivo, resistência sem alternativas não são capazes de transformar uma realidade por si só.

Para Chauí (1986), a adversidade social e política, o “esquecimento” de algumas comunidades, a falta de investimentos por parte do Estado fortalecem as mais variadas formas de resistência. Sempre que houver um Sistema baseado na hierarquia de classes, na exploração econômica e na repressão política, torna-se inevitável o surgimento de tais movimentos.

Chauí (1986) revela que é no interior da sociedade que surge a Resistência como um dos aspectos da Cultura Popular<sup>1</sup>. Segundo a autora, o conceito pode ser difundido em vários seguimentos, como os exemplos da irreverência do humor anônimo que percorre as ruas, seja nos ditos populares, sejam nos grafites

---

<sup>1</sup> Em sentido amplo, Cultura é o campo simbólico e material das atividades humanas, estudadas pela etnografia, etnologia e antropologia, além da filosofia. Em sentido restrito, isto é, articulada à divisão social do trabalho, tende a identificar-se com posse de conhecimentos, habilidades e gestos específicos, com privilégios de classe, e leva à distinção entre cultos e incultos de onde partirá a diferença entre cultura letrada-erudita e cultura popular. Cultura popular é um dos conceitos mais controversos. Existe, sem dúvida, desde o final do século XVIII; foi utilizado com objetivos e em contextos muito variados, quase sempre envolvidos com juízos de valor, idealizações, homogeneizações e disputas teóricas e políticas. Para muitos, está (ou sempre esteve) em crise, tanto em termos de seus limites para expressar uma dada realidade cultural, como em termos práticos, pelo chamado avanço da globalização, responsabilizada, em geral, pela internacionalização e homogeneização das culturas. (CHAUÍ, 1986).

espalhados pelos muros da cidade, bem como nas ações deliberadas por práticas dotadas de uma lógica que as transforma em atos de resistência. A Resistência é entendida como todo movimento coletivo com intuito de combater algum tipo de opressão. Esses tipos de mobilizações são criados como medidas de proteção e luta de determinados grupos que sofrem com um deliberado cerceamento da liberdade.

Na história da humanidade a Resistência sempre esteve presente. Levando em consideração essa abordagem, Foucault articula três principais tipos de Resistência: i) contra as formas de dominação (ética, social, religiosa); ii) contra as formas de exploração que separam os indivíduos daquilo que eles produzem; e iii) contra as formas de sujeição, ou seja, contra a submissão da subjetividade.

Carlos (2005) faz uma abordagem acerca da Resistência mostrando que o espaço urbano é o espaço da reprodução das relações sociais envolvendo várias dimensões da vida humana, entre elas, a Resistência que emerge das contradições impostas pelo capital e resultam na produção do espaço urbano enquanto reprodução da vida humana em sua plena dimensão.

Quanto aos encadeamentos deste capítulo, cumpre concluí-los com a possibilidade de esclarecer os efeitos do exercício do poder enquanto fomentador da resistência. Assim, no primeiro momento o poder se instaura como uma sujeição real por forças fictícias e relacionadas. Essas forças ultrapassaram os limites da punição arcaica dando lugar a uma nova forma de vigilância e controle. Sendo assim, o poder, nesse sentido, tornou-se presente nos mais diversos limites físicos (escola, casa, hospital, presídio, etc.).

#### Referências

BOBBIO, N. **Dicionário de Política**. 11. Ed. Brasília: Ed. UNB, 1998.

CELLA, J. R. G. Weber, Kelsen, Hebermas e o Problema da Legitimidade. Granada: Academia, 2005.

CARLOS, A. F. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 2005.

CHAUÍ, M. **Conformismo e Resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORREIA, M. A. **Repercussões socioambientais da expansão urbana de Salvador – Ba**: um estudo de caso: avenida paralela. Goiânia: Anais do VI Congresso Brasileiro De Geógrafos, 2004

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro, Graal, 1976.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

MONTEIRO, L. B. **O Espaço Público no debate atual**: uma crítica ao urbanismo pós-moderno. Goiânia: Estudos, 2008.

SANTOS, B. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2000.

VENTURA, R. **Os paradoxos do conceito de resistência**: do mesmo à diferença. Aracaju: Estudos de Psicanálise, 2009.

## 2 Aglomerados Subnormais

Na década de 1980 o IBGE articulou-se com representantes da comunidade acadêmica e algumas instituições governamentais com propósito de definir o conceito de aglomerado subnormal. Deste modo, concluiu-se que toda a abrangência à diversidade de assentamentos irregulares caracterizados como: favela, invasão, grotas, baixada, comunidade, vila, ressaca, mocambo, palafita, entre outros, caracteriza um Aglomerado Subnormal. No entanto, foi utilizado pela primeira vez no censo demográfico de 1991.

### 2.1 Aglomerados Subnormais sob a ótica do IBGE: Confrontando a realidade Urbana do Brasil

O Brasil tem se firmado cada vez mais como um país urbano. Rolnik (2006) explicita a importância dos movimentos socioterritoriais ocorridos entre os anos 1940 a 1980 que impulsionaram a migração de um vasto contingente de pobres. Devido ao modelo excludente de desenvolvimento urbano, estes grupos passaram a viver nas cidades sem condições básicas de urbanidade, no que se diz respeito aos serviços essenciais. Hoje, segundo o IBGE, 84% da população brasileira reside nas cidades.

A permanência dos grupos excluídos nas cidades em alguns casos culminou na criação espontânea de espaços irregulares. A ilegalidade também se tornou característica urbana brasileira. Nesta lógica, levando em consideração os 5.570 municípios brasileiros, se tornam raros aqueles que não contam com parte significativa da população residindo em assentamentos precários. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) estima que cerca de 40,5% de domicílios no Brasil estão dentro desta especificação.

A Pesquisa de Perfil Municipal (MUNIC) demonstrou que em 2009 dos municípios com população superior a 500 mil habitantes, onde há proeminência maior de assentamentos humanos precários, 97,3% acusam a existência de favelas,

94,6% apresentam loteamentos irregulares e 86,5% alegam a permanência de cortiços.

De acordo com o IBGE (2011), aglomerado subnormal é todo conjunto construído contendo no mínimo 51 unidades de habitação com carência de serviços públicos fundamentais, que ocupa áreas de propriedade pública ou particular estando assentados de forma irregular e densa.

O IBGE orienta com alguns parâmetros a identificação dos aglomerados subnormais: i) A partir da ocupação de terras de forma irregular; ii) A partir da urbanização estando fora dos padrões estabelecidos por lei; iii) A partir da ausência de serviços públicos básicos.

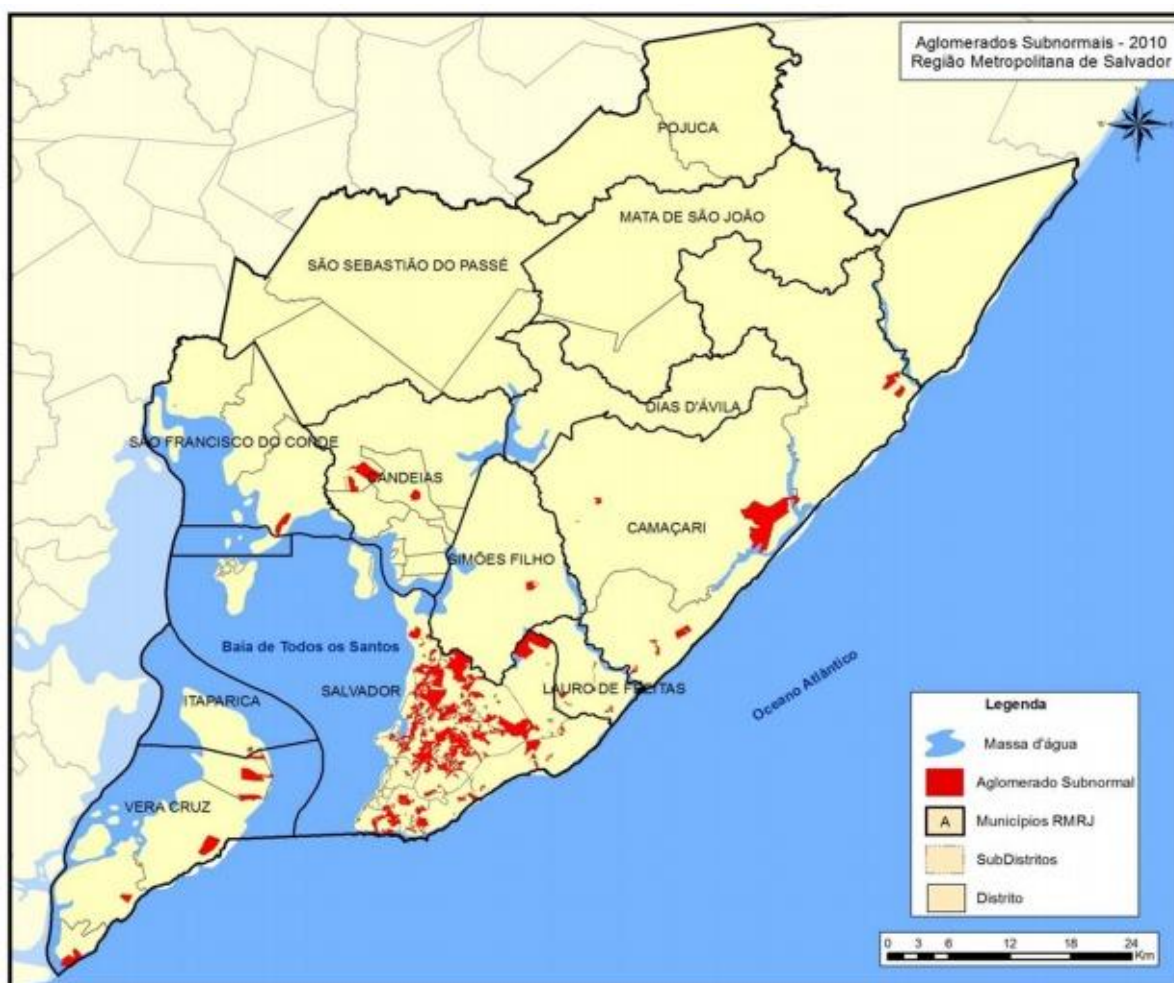
Com a intenção de obter resultados mais precisos e seguros, o IBGE no Censo Demográfico do ano 2010 adotou novas metodologias operacionais visando a identificação dos aglomerados subnormais. Entre as principais medidas estão a utilização de imagens de satélite de alta resolução, o Levantamento de Informações Territoriais (LIT) e realizações de reuniões com as Comissões Municipais de Geografia e Estatística (CMGEs).

Com os dados do Censo 2010 foi possível identificar a inserção dos aglomerados subnormais no espaço urbano. Alguns se caracterizam pela uniformidade na aglomeração, outros, no entanto, são identificados de forma contígua que ligarão a outros aglomerados.

No ano de 2010 o IBGE identificou 6.329 aglomerados subnormais que corresponde a 5,6% de todos os domicílios brasileiros. Isso corresponde a 3.224,529 unidades residenciais existentes nesse tipo de aglomerações, ou seja, quase 12 milhões de pessoas residem em aglomerados subnormais. De acordo com os dados do Censo Demográfico 2010, 15.868 setores censitários foram identificados como aglomerado subnormal.

De acordo com os resultados do Censo 2010, a Região Metropolitana de Salvador (RMS) apresenta aglomerados subnormais de forma fragmentada e com padrão preponderantemente denso. Destes, 92% dos domicílios possuem pouco espaçamento entre si caracterizando becos, escadarias e rampas (Figura 2.1).

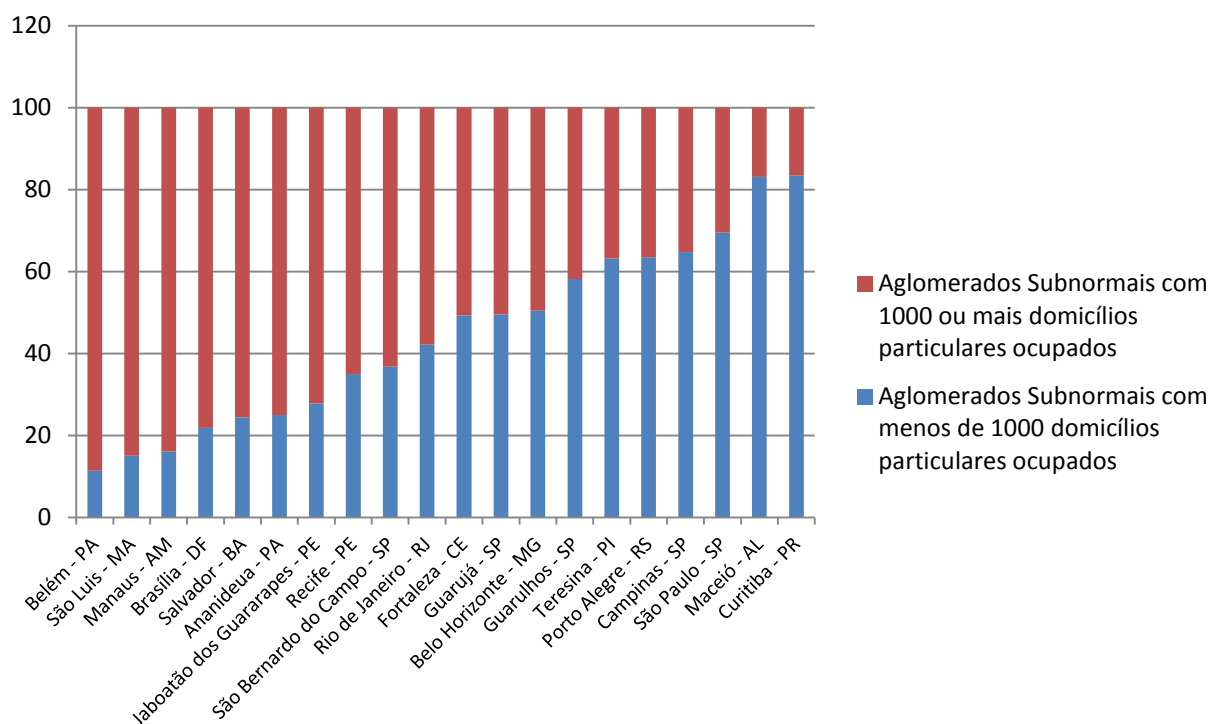
Figura 2.1 – Aglomerados Subnormais – 2010  
Região Metropolitana de Salvador



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Dentro do tecido urbano, os aglomerados subnormais estão identificados com variedade na escala. Neste sentido, foi feito um levantamento entre os 20 maiores municípios com maior incidência de aglomeração subnormal contando a partir de 1.000 domicílios. Observa-se em alguns casos a concentração desses aglomerados em alguns municípios (Gráfico 2.1). É possível visualizar esta distribuição em forma percentual de domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais, classificados por tamanho segundo os municípios selecionados e pelas respectivas Unidades da Federação no ano de 2010.

Gráfico 2.1 Distribuição percentual de domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais



Fonte: Barbosa, L. Elaborado com base nos resultados do Censo Demográfico 2010.

Os dados demonstram que em Belém existe uma maior incidência na concentração de unidades domiciliares nos aglomerados subnormais, enquanto em Curitiba obtém menor concentração.

Contrariando os dados do IBGE, o Ministério das Cidades (MC) divulgou em 2010 dados sobre a habitação precária no Brasil revelando que 13% dos domicílios possuem algum tipo de fragilidade. Para este estudo, foi considerado habitação precária todas as unidades localizadas em favelas, cortiços ou que estivesse em situação irregular, seja na âmbito da regulamentação fundiária ou na tipologia construtiva.

É possível observar, no entanto, que os resultados obtidos pelo IBGE contrariam a realidade dos aglomerados subnormais demonstrado pelo IPEA e pelo MUNIC. Supõe-se a dificuldade na identificação dos assentamentos que caracterizam um

aglomerado subnormal e a ausência da participação das CMGEs nos municípios, que colaboraria para o resultado ser satisfatório.

## 2.2 Perspectivas da Legislação Urbanística de Salvador: caracterizando a Cidade Regular.

A promulgação da Lei 3.903/88, conhecida como Código de Obras, institui normas relativas à execução de obras do Município do Salvador. Dessa forma, a lei tem como objetivo a colaboração significativa para o uso do solo de forma regular.

O Código de Obras indica que o direito de construir deve estar com consonância com a Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo (LOUOS). Assim, é possível a partir destes instrumentos, demonstrar o que o município do Salvador considera uma ocupação “normal”, através do fornecimento de parâmetros urbanísticos para as construções.

As leis trazem como princípios assegurar o uso do solo de modo a condizer à dignidade humana. Visa preservar os aspectos ecológicos, geotécnicos e de imagem ambiental.

Na Lei, o interesse coletivo deve ser priorizado diante do individual, bem como as condições de higiene, conforto ambiental e seguranças, através do uso de materiais adequados e do dimensionamento correto dos espaços devendo ser assegurados.

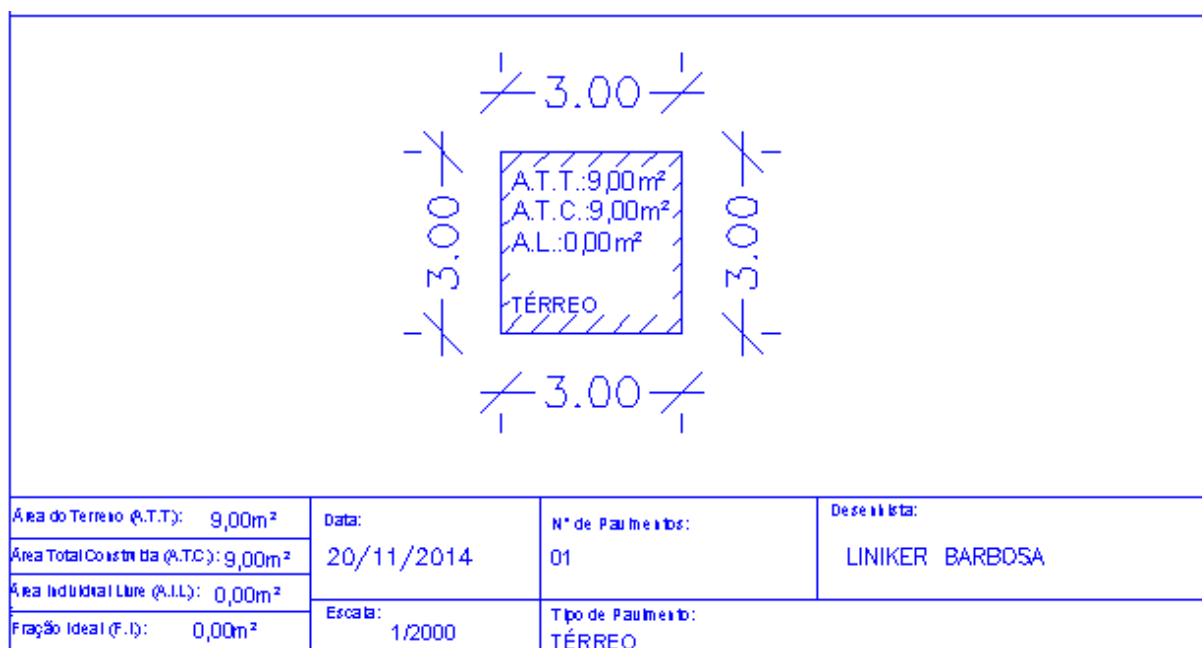
A garantia da função social da propriedade urbana, a defesa do valor de terra e a democratização da utilização do espaço público são prioridades no que traz a LOUOS.

O Código de Obras recomenda habilitações técnicas para a construção. Nesse processo, é necessária a elaboração do projeto por um profissional legalmente autorizado e este responderá por quaisquer interferências no descumprimento desta Lei.

É necessária a aprovação do projeto e emissão de alvará de construção pela prefeitura municipal. Para isto é obrigatório a emissão de documentos<sup>2</sup> com assinaturas do requerente e do responsável técnico.

O conforto mínimo do dimensionamento estabelecido no Código de Obras é de 10,00m<sup>2</sup> (dez metros quadrado) por pessoa. No entanto, é presente no Bairro da Paz imóveis de 9,00m<sup>2</sup> com até 3 pessoas residindo (Figura 2.2.).

Figura 2.2 – Planta Baixa de Imóvel no Bairro da Paz



Fonte: Barbosa, L. Planta Baixa feita com base nas medições realizadas em um imóvel em visita ao Bairro da Paz.

- <sup>2</sup> I - planta de localização do imóvel em 03 (três) vias;  
 II - planta de situação em 03 (três) vias na escala de 1:200, contendo as seguintes informações:
- limites do terreno com suas cotas exatas e posições de meios-fios;
  - curva de nível a equidistância de 1,00m (um metro) e indicação das árvores porventura existentes no terreno;
  - orientação do terreno em relação ao norte verdadeiro;
  - delimitação da edificação, no terreno, devidamente cotada;
  - indicação da existência ou não de edificações vizinhas e respectivos números de porta, quando for o caso, bem como das atividades que neles se exerçam;
  - índice de utilização – I<sub>u</sub>;
  - índice de ocupação – I<sub>o</sub> e de permeabilidade do terreno – I<sub>p</sub>;
  - área construída total e por pavimento;
  - área ocupada, área do terreno e área permeável;
  - área construída para efeito de cálculo do índice de utilização;
  - número de unidades imobiliárias especificadas por grupo de uso;
  - gabarito de altura da edificação;
  - indicação da fração ideal do terreno quando se tratar de empreendimento em condomínio;
  - esquema final de esgoto. (SALVADOR. Lei 3.903, 1988, art).

De acordo com o parágrafo único do art. 88 do Código de obras, os compartimentos destinados a reunião e afluência de público deverão comportar um volume de ar para a ventilação natural, conforme estabelecido no quadro 2.1.

**Quadro 2.1 – Volume de ar por pessoa**

Número de Pessoas	m <sup>3</sup> /pessoa
60-150	3,5
151-500	4,0
501-1.000	5,0
1.001-2.000	7,0
Acima de 2.000	8,0

Fonte: Barbosa, L. J. Organizado com base na lei 3.903/88.

Os recuos dos imóveis em relação às vias são estabelecidos a partir da categoria a qual pertence e das Zonas<sup>3</sup>. As recomendações dadas para o recuo frontal ao empreendimento com até 12m (doze metros) de altura estão descritos da seguinte forma: i) deve ser adotado o recuo estabelecido para a Zona onde o mesmo se situe, independentemente de sua localização em Área de Borda Marítima; ii) quando localizados em terrenos lindeiros à Via Arterial que não disponha de Via Marginal, o recuo frontal mínimo será de sete metros e meio.

Os empreendimentos que ultrapassam os 12m (doze metros) de altura deverão se enquadrar na progressividade em relação da altura da edificação acompanhando a seguinte fórmula:

$$RFP = 1,5 + 0,4 * [(H - 12,00) \div 3,00]$$

Onde, RFP = Recuo Frontal Progressivo H = Altura da Edificação em metros.

<sup>3</sup> Para os efeitos desta Lei o território municipal compreende o seguinte zoneamento, conforme estabelecido no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU: I – Zonas de Uso Residenciais: a) Zonas Exclusivamente Uniresidenciais – ZEU; b) Zonas Predominantemente Residenciais – ZPR; c) Zonas Especiais: 1- Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS; 2- Zonas sob Regime Urbanístico Especial – ZRE; II – Zonas de Uso Não Residenciais: a) Centros Municipais - CM; b) Subcentros Municipais - SM; c) Zonas Industriais – ZIN; d) Zonas de Exploração Mineral – ZEM; e) Zonas de Uso Especial – ZUE; III – Corredores de Usos Diversificados: a. Corredor Supramunicipal - CDS; b. Corredores Municipais - CDM; c. Corredores Regionais – CDR; d. Corredores Especiais de Orla Marítima - CDO; e. Corredor Especial de Ipitanga – CDI; f. Corredores Locais – CDL; g. Zonas de Proteção Ambiental – ZPAM. (SALVADOR. Lei 8.167, 2012, art 23).

De acordo com a LOUOS, a construção de vias deve obedecer alguns critérios. O primeiro é que deve ser destinada exclusivamente a circulação, não podendo servir como estacionamento privado ou público para as unidades imobiliárias limítrofes. O segundo, é que as vias de circulação situadas em áreas acidentadas poderão ter rampas de até 15% ou 20% em trechos que não superem 100,00m. O raio mínimo para vias locais é de 7,50m. Os passeios deverão ter no mínimo 2,00m de largura em ambos os lados das vias.

Em relação aos loteamentos urbanos, a LOUOS estabelece critérios, exigências e restrições discriminando os tipos de lotes: i) Loteamento Convencional; ii) Loteamento de Interesse Social.

O Loteamento Convencional deve atender algumas disposições: I – a área mínima dos lotes resultantes deverá ser de 125m<sup>2</sup> respeitadas às áreas mínimas previstas nas Zonas em que situe; II – será permitido em qualquer zona de uso, observadas as disposições desta Lei; III – estará sujeito à doação dos seguintes percentuais de áreas destinadas a usos complementares: a) a área destinada ao Sistema Viário; b) mínimo de 15% da área total da gleba destinada às Áreas Verdes e de Lazer; c) mínimo de 5% destinada a Usos Institucionais.

De acordo com o Art. 73 da LOUOS, o Loteamento de Interesse Social deve ter pelo menos 70% dos lotes com áreas de 125m<sup>2</sup> com finalidade residencial. Em qualquer Zona de uso residencial é permitido lotes de interesse social. É possível a doação de parte do lote para usos complementares de acordo a porcentagem estabelecida pela lei. Assim, 10% podem ser destinados à construção de vias, 5% pode ser reservado para áreas verdes e de lazer e 5% para usos institucionais.

As obras de infraestrutura em loteamentos com urbanização integrada de interesse social elaborado por consórcios devem conter serviços que, no mínimo, proporcionem a execução de pavimentação de vias, o sistema de drenagem de águas pluviais, o sistema de esgotamento sanitário adequado e abastecimento de água, iluminação pública e arborização.

Como se pode observar, os regimentos dispostos neste capítulo permitem compreender o necessário para uma melhor organização da cidade. No entanto a

realidade demonstra a ineficiência no cumprimento dessas normas, que pode ser compreensível também pelo modelo de distribuição desigual pertinente no município de Salvador. No capítulo posterior, poderá assimilar melhor a realidade do Bairro da Paz em confronto ao disposto na LOUOS e no Código de Obras.

### Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 01 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010: Aglomerados Subnormais Primeiros Resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

\_\_\_\_\_. **Perfil dos Municípios Brasileiros: MUNIC**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Metodologia de Avaliação de Resultados: o caso das intervenções do PAC Urbanização de Favelas**. Brasília: IPEA, 2013.

ROLNIK, R. **A Construção de uma Política Fundiária e de Planejamento Urbano para o País: Avanços e Desafios**. Brasília: IPEA, 2006.

SALVADOR. Lei nº 8.167 de 2012. Dispõe sobre a Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo do Município de Salvador e dá outras providências.

SALVADOR. Lei nº 3.903 de 1988. Institui normas relativas à execução de obras do Município do Salvador, alterando as Leis nºs 2.403/72 e 3.077/79 e dá outras providências.

### 3 Bairro da Paz: Resistência e Sobrevivência

A ocupação da área denominada Bairro da Paz<sup>4</sup> (Figura 3.1) se origina em 1982, quando famílias excluídas do mercado imobiliário ocuparam uma área contígua à Avenida Luís Viana Filho, mais conhecida como Avenida Paralela, na Região Administrativa de Itapuã em Salvador. A ocupação, convencionalmente tratada como “invasão” pela imprensa, passou a se chamar Malvinas, em função de que naquele ano ocorria a guerra entre a Argentina e a Inglaterra pela posse das Ilhas Malvinas (CORREIA, 2004).

Figura 3.1 – Mapa de Localização do Bairro da Paz



Fonte: Barbosa, L. J.; Caldas J. Mapa de Localização Bairro da Paz feito com base no Sistema Cartográfico e Cadastral do Município do Salvador – SICAD – 2006.

<sup>4</sup> O recorte do Bairro da Paz trabalhado ao longo deste trabalho foi elaborado tendo como elemento estruturante as noções de identidade e de pertencimento do morador, além de aspectos de natureza urbanística de acordo com o levantamento realizado por uma equipe multidisciplinar composta por técnicos da Universidade Federal da Bahia (UFBA), do Governo do Estado, da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder) e da Prefeitura Municipal de Salvador (PMS). Este estudo foi realizado entre outubro de 2007 e outubro de 2009 resultando em uma proposta de delimitação dos bairros do município de Salvador.

O Bairro da Paz acompanhou o processo de expansão da cidade do Salvador de forma irregular e espontânea em uma área apontada para investimentos destinados a setores que representam os empresários, o mercado imobiliário voltado à classe média, bem como a criação de um centro administrativo para sediar as secretarias e órgãos do governo do Estado da Bahia. De um lado, o latifúndio urbano sendo transferido para as garras dos especuladores imobiliários, do outro, os ocupantes, que se atiravam num processo árduo de luta, a começar pela resistência às expulsões, depois contra as condições precárias e subumanas em relação à habitação, à violência policial e às pressões judiciais e governamentais referentes ao despejo (CORREIA, 2004).

A ocupação se caracteriza pela história de luta incessante em que massas de desempregados ou subempregados tiveram para ocupar áreas ociosas onde posteriormente passariam a viver em construções feitas por sua própria força de trabalho. A resistência, portanto, foi um fator crucial para a formação desta ocupação.

### 3.1 Caracterizando o Bairro da Paz

O Bairro da Paz ocupa uma área de 1,4km<sup>2</sup>, com 167 ruas estando situado ao leste da cidade, no ângulo formado pelas avenidas Luiz Viana Filho e Orlando Gomes, tendo como bairros vizinhos Itapuã, Alto do Coqueirinho, Piatã e Mussurunga (Figura 3.1).

O bairro dispõe de abastecimento de água potável pela rede geral e energia elétrica em parte majoritária dos domicílios (Quadro 3.1). Observa-se, um déficit na disponibilidade de esgotamento sanitário adequado quando comparando a porcentagem dos imóveis que utilizam água encanada e a quantidade que conta com o serviço de saneamento básico.

Quadro 3.1 – Infraestrutura do imóvel

Energia Elétrica		ÁGUA ENCANADA		REDE DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	
TEM ACESSO	NÃO TEM ACESSO	TEM ACESSO	NÃO TEM ACESSO	TEM ACESSO	NÃO TEM ACESSO
98%	2%	96,25%	3,75%	87,50%	12,50%

Fonte: Barbosa, L. J. Organizado com base no levantamento socioeconômico feito pela Coordenadoria de Regularização Fundiária do Município de Salvador, 2014.

A ocupação estende-se por vales, encostas e cumeadas. A tipologia construtiva dos imóveis é caracterizada por um maior percentual de edificações em blocos de alvenaria, equivalendo a 95% dos imóveis, no entanto, encontra-se também edificações rudimentares, basicamente construídos com materiais do tipo taipa formando barracos com esse tipo corresponde a 5% dos imóveis (Figura 3.2).

Figura 3.2 – Tipologias Habitacionais



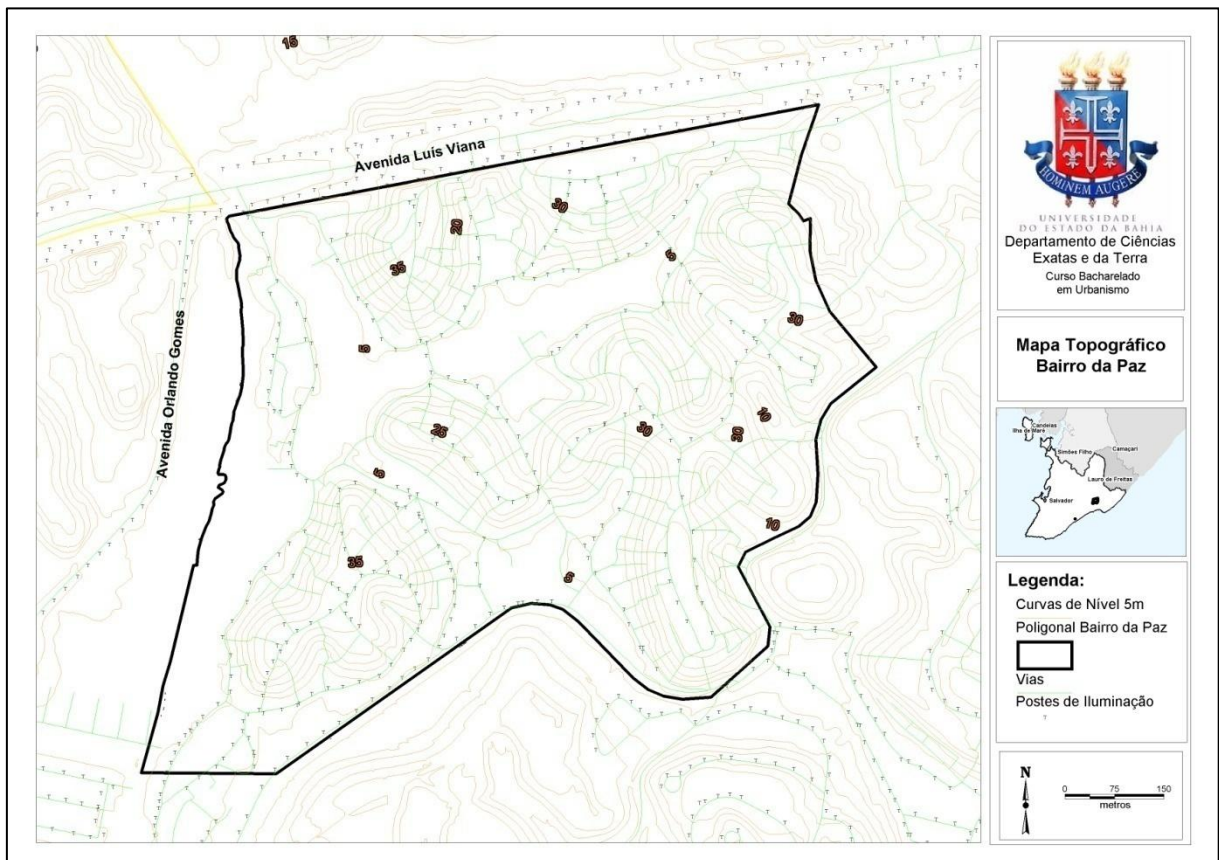
Fonte: Barbosa, L. J.; Acervo Pessoal, 2014.

A iluminação pública é deficitária, concentrando o maior número de postes nas ruas de maior transição e de concentração de comércio. Em alguns casos há a ausência de iluminação pública em algumas ruas (Figura 3.3).

Foi feito um levantamento topográfico com base no Sistema Cartográfico e Cadastral do Município do Salvador consistindo na representação em planta de localização (Figura 3.3) que demonstra os pontos notáveis. A topografia é bastante acidentada em alguns pontos, apresentando declividades, algumas interligadas, além dos vales.

Os pontos necessários para essa representação foram feitos a partir da definição da poligonal que delimita o Bairro da Paz. Assim, podem ser notados os pontos mais baixos – os vales, com até 5 metros e as cumeadas chegando até 35m de altura.

Figura 3.3 – Mapa Topográfico Bairro da Paz



Fonte: Barbosa, L. J.; Caldas J. Mapa de Localização Bairro da Paz feito com base no Sistema Cartográfico e Cadastral do Município do Salvador – SICAD – 2006.

A vegetação existente no Bairro da Paz é encontrada em algumas áreas livres como demonstra a Figura 3.4.

Figura 3.4 – Vegetação Local



Fonte: Barbosa, L. J.; Acervo Pessoal

A integração da área à malha urbana ainda encontra-se razoável com algumas vias danificadas, outras sem pavimentação e algumas em recuperação e manutenção que as ligam as principais vias arteriais – Av. Paralela e Av. Orlando Gomes.

No processo de reconhecimento do Bairro da Paz, foi feito um mapeamento indicando a qualidade e quantidade de vias públicas urbanas a partir de características estruturais, como a ausência e a presença de pavimentação. Neste sentido, foi constatado que 22% das vias estão pavimentadas, enquanto 78% das vias não estão pavimentadas (Ver Figura 3.5).

De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (1997) via pública urbana é entendida como todas as superfícies por onde transitam veículos, pessoas e

animais, compreendendo a pista, a calçada, o acostamento, ilha e canteiro central. Ao levantamento topográfico feito no Bairro da Paz foi utilizado o conceito de via urbana onde compreende ruas, avenidas, vielas, ou caminhos e similares abertos à circulação pública, situados na área urbana, caracterizados principalmente por possuírem imóveis edificados ao longo de sua extensão.

Figura 3.5 – Mapa Vias Públicas Urbanas



Fonte: Barbosa, L. J.; Caldas J. Mapa de Localização Bairro da Paz feito com base no Sistema Cartográfico e Cadastral do Município do Salvador – SICAD – 2006

É possível a entrada de veículos grandes e pequenos em algumas ruas para o acesso interno ao bairro. Nas encostas e cumeadas os caminhos são estreitos e as escadas e rampas são improvisadas pelos moradores (Figura 3.6). Algumas áreas são intransitáveis para automóveis. Isso dificulta inclusive o recolhimento de lixo que, por sua vez, são descartados incorretamente em terrenos baldios (Figura 3.6).

Figura 3.6 – Escadarias no Bairro da Paz e Descarte de Lixo



Fonte: Barbosa, L. J.; Acervo Pessoal, 2014.

### 3.1.1 Histórico de Evolução Estrutural e Populacional do Bairro da Paz

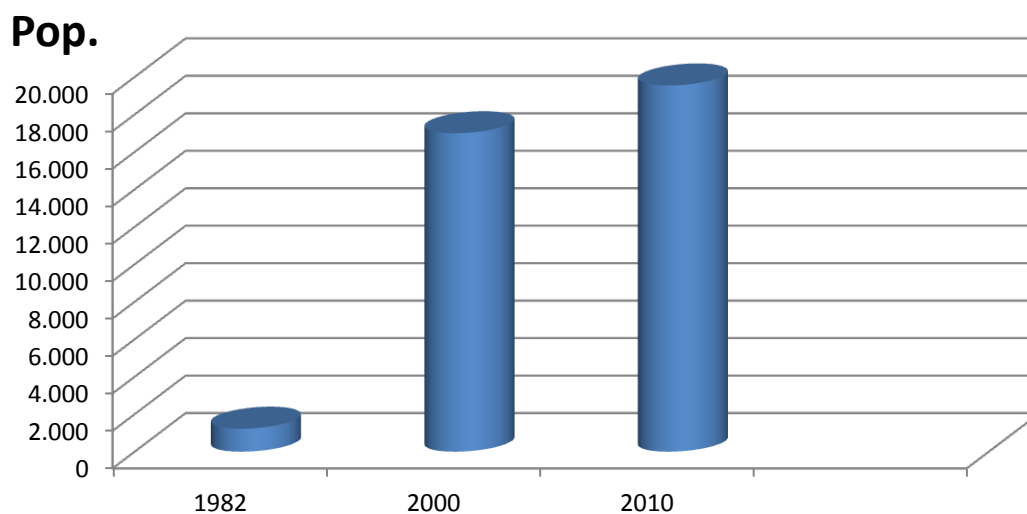
Na década de 1970 o município de Salvador contou com a abertura de uma das principais Avenidas, que motivou a expansão da cidade, bem como tornou-se símbolo e palco de disputas espaciais. A construção da Avenida Luís Viana Filho, a Paralela foi parte integrante do Plano desenvolvido pelo Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (EPUCS), que permitiu densificar a malha urbana existente e criar novos núcleos residenciais e de serviços (SCHEINOVITZ 1998).

No processo de alternância da circulação entre a parte central da cidade e o aeroporto, estando incluso também as rodovias que levam ao Centro Industrial de Aratu (CIA) e Camaçari, a abertura da Avenida Paralela permitiu e induziu a valorização imobiliária desde as áreas litorâneas do município até o eixo litoral norte, que compreende a Estrada do Coco e Linha Verde. Esse acontecimento resultou em diversos impactos socioespaciais que foi para além do entorno e das outras áreas de Salvador (CORREIA, 2004).

A partir do crescimento desigual em torno da Avenida Paralela, surge o Bairro da Paz caracterizado pela carência de infraestrutura e de serviços urbanos tendo em sua vizinhança bairros com uma urbanização de *status*<sup>5</sup>, que se contrapõe com a realidade do Bairro da Paz.

Em 1982, o Bairro da Paz contava com uma população de 1.230 famílias, aproximadamente 4.920 moradores (CORREIA, 2004). Na virada de século, no ano 2000 a população passou a ser de 17.000 habitantes. No último Censo Demográfico, realizado no ano 2010 pelo IBGE, a população do Bairro da Paz obteve uma crescente para 19.500 moradores, como demonstra o gráfico 1.

**Gráfico 1 – Evolução Populacional do Bairro da Paz**



Fonte: Elaborada por Barbosa, L. J., 2014 com base nos dados censitários IBGE

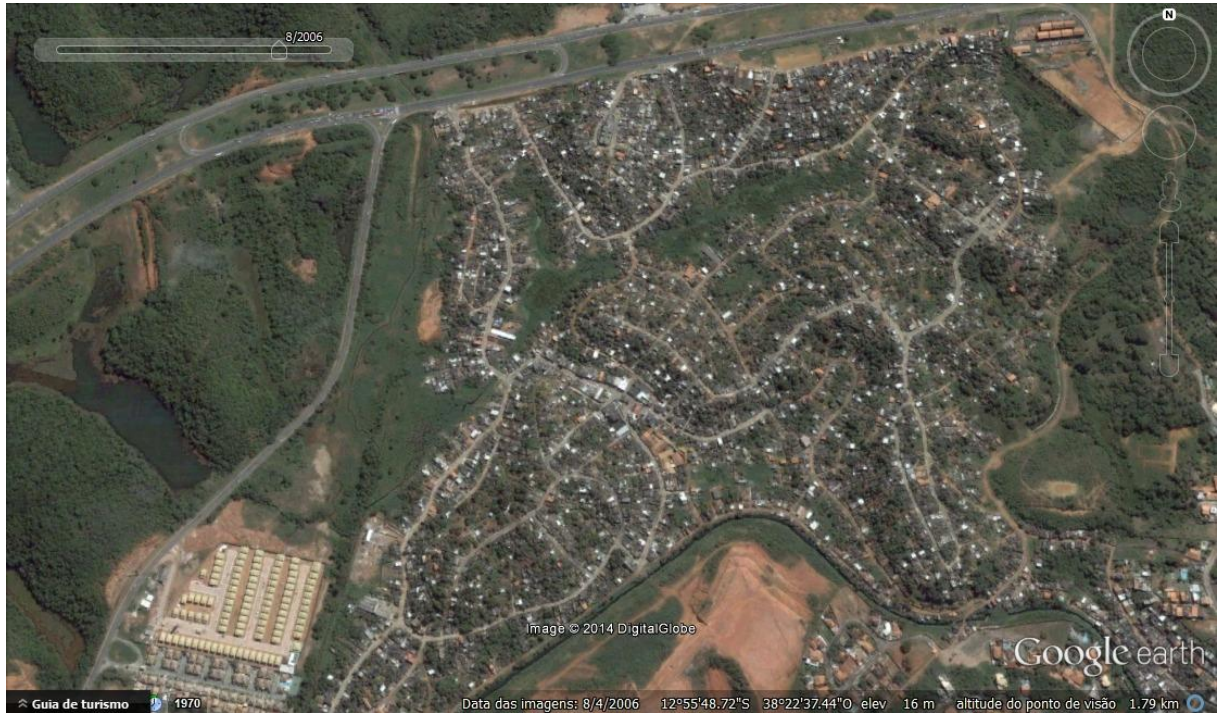
É possível notar na sequência de imagens<sup>6</sup> que retratam o Bairro da Paz entre os anos de 2006 a 2014 a demonstração de evolução espacial. Percebe-se que as principais mudanças ocorreram no entorno especificamente com supressão

<sup>5</sup> Para Corrêa (1989), a urbanização de status, ocorre quando uma área é servida, pelas necessidades básicas materiais e imateriais.

<sup>6</sup> As únicas imagens existentes para a visualização da evolução estrutural do Bairro da Paz são do Google Earth, tendo em vista a ausência de ortofotos entre o período de formação do bairro até os dias atuais, exceto a ortofoto do ano de 2006 (utilizada nos mapas deste trabalho), que são disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Salvador e órgãos estaduais.

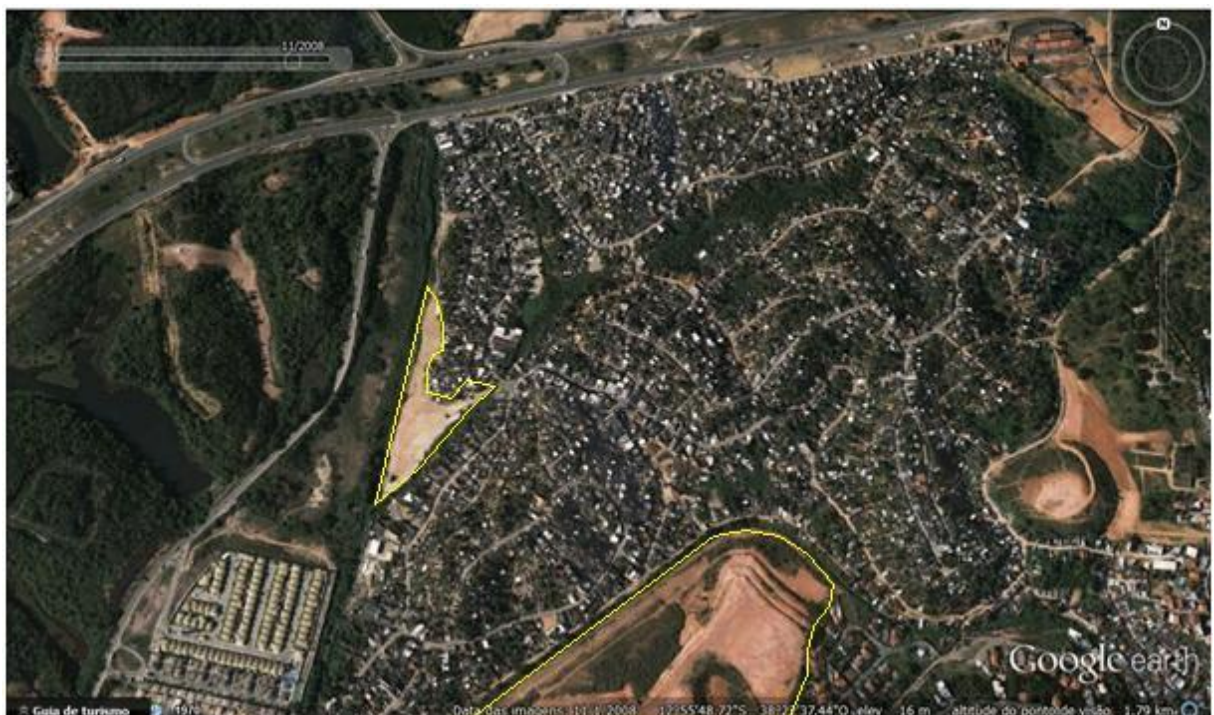
da vegetação, construção de equipamentos públicos e com a presença de empreendimentos imobiliários que, aos poucos ultrapassam os limites do Bairro da Paz.

Figura 3.7 – Bairro da Paz 2006



Fonte: Google Earth, 2006.

Figura 3.8 – Bairro da Paz 2008



Fonte: Google Earth, 2008.

Observa-se na figura 13.8 a abertura de terrenos para a auto construção e empreendimentos imobiliários

Figura 3.9 – Bairro da Paz 2014



Fonte: Google Earth, 2014.

Nota-se a construção de empreendimentos imobiliários no limite do Bairro da Paz. Percebe-se também a construção de uma passarela e de vias que ligam a Avenida Paralela a Avenida Orlando Gomes.

### 3.3 Impactos de resistência no Bairro da Paz

A resistência pode ser considerada como um fator determinante para a consolidação do Bairro da Paz tendo em vista os recorrentes conflitos consequentes de lutas pela estruturação. A ocupação tem um elemento preponderante que é a localização. Trata-se de uma ocupação favorecida pela sua disposição no espaço urbano, estando dentro de um vetor de investimentos e crescimento na cidade do Salvador.

As condições precárias ainda não foram superadas, no entanto, houve melhorias significativas, assim como outras demandas surgiram a partir das novas e

antigas necessidades. Os desabamentos de encostas, a ausência de estrutura básica em alguns domicílios, como água, energia e saneamento em algumas áreas, são alguns dos pontos de insatisfação. Por outro lado, alguns dos equipamentos sociais existentes no bairro, são conseqüências da luta dos moradores. Isso permite entender que a resistência tem sido um elemento colaborador para a própria construção do Bairro e suscetíveis conquistas.

Algumas ruas recebem nomes associados à paz. Por outro lado, o bairro ainda é considerado um dos mais violentos de Salvador.

A história de luta por melhorias na mobilidade urbana é um dos pontos que revelam a carência de infraestrutura deste tipo no Bairro da Paz.

Na década de 1990 inúmeros protestos com bloqueio de tráfego na Avenida Paralela foram utilizados como uma maneira de tornar visível a necessidade de estruturação do bairro. De acordo com Moreira (1998), um desses protestos configurou um grande embate na Praça Municipal de Salvador entre a Polícia Militar – PM e os moradores do bairro que exigiam pavimentação das ruas de acesso a Avenida Paralela, iluminação pública e a construção e funcionamento de um posto de saúde (Figura 3.10).

Figura 3.10 – Embate entre PM e moradores do Bairro da Paz



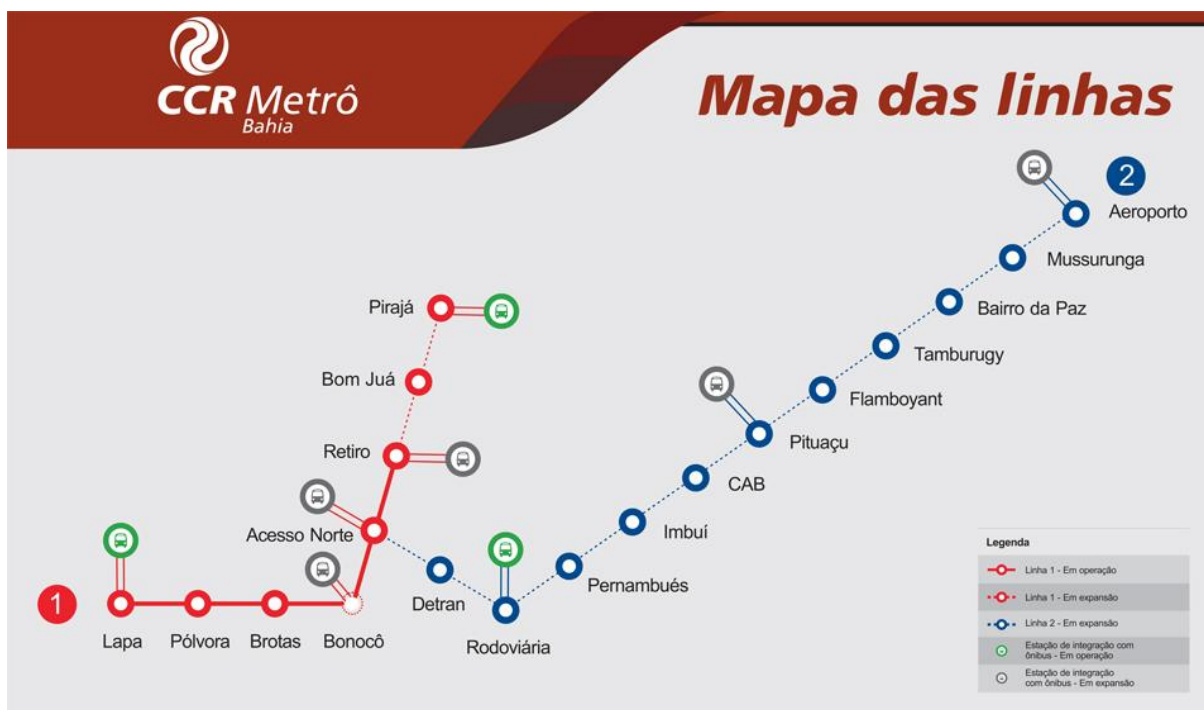
Fonte:Jornal A Tarde. 11/09/1998

A partir deste acontecimento os moradores foram beneficiados com asfaltamento e um micro sistema de drenagem limitadas Rua Presidente Dutra e em seguida às ruas Princesa Isabel e Paripiranga, uma das principais do bairro. Foi preciso a desapropriação de alguns imóveis para que essas ruas tivessem uma largura mínima de 7m. Atualmente o bairro conta com 78% de ruas pavimentadas, enquanto 22% das vias são de terra batida.

Com o alargamento das principais vias houve a inclusão de linhas de ônibus no Bairro. De acordo com a Superintendência de Trânsito e Transporte de Salvador - Transalvador, atualmente 6 linhas de ônibus estão em funcionamento, no entanto esse número é insuficiente e a demora no horário de saída dificulta a locomoção dos moradores.

De acordo com o Grupo CCR, está prevista para outubro de 2016<sup>7</sup> a inauguração de quatro estações do metrô de Salvador: Flamboyant, Tamburugy, Mussurunga e Estação Bairro da Paz, formando 7,5km de trilhos no sistema (Figura 3.11).

Figura 3.11 – Mapa das Linhas de Metrô – Salvador – BA



Fonte: CCR Metrô Bahia, 2014.

<sup>7</sup> Trata-se de uma informação do CCR Metrô Bahia. No entanto, percebe-se que será adiada a inauguração dessas linhas, tendo em vista que as obras atualmente estão em fase de levantamento topográfico.

A falta de saneamento básico (Figura 3.12) por muitos anos foi o principal causador de doenças na população do Bairro da Paz. Os moradores pleitearam o direito de ter uma unidade de saúde no bairro. Através de muita luta e manifestação foi construído o centro de saúde Dr. Olando Imbassay.

Em 1998 o Bairro foi contemplado com um mutirão de saúde, onde médicos se colocaram à disposição da população. A situação do saneamento se agravou um ano depois, quando fortes chuvas levaram o Bairro da Paz à situação de calamidade pública. Houve enchentes e o canal que recebia inadequadamente de descarte de dejetos transbordou invadindo as casas e barracos. A partir deste acontecimento, os representantes do conselho de saúde local, da associação de moradores e da comissão pró-Urbanização do Bairro da Paz se reuniram e exigiram ao Poder Público obras de infraestrutura no Bairro (MOURA, 1999). O máximo que se conseguiu foi o patrolamento e cascalhamento da Rua Beira Rio da Paz, posteriormente, vieram as instalações sanitárias em algumas residências.

Está previsto, segundo a Empresa Baiana de Água e Saneamento (EMBASA), obras de adensamento sanitário no Bairro da Paz com recursos do Plano de Aceleração e Crescimento (PAC 2).

Figura 3.12 – Rua com ausência de saneamento básico



Fonte:Correio da Bahia, 2010.

Segundo a 12ª Delegacia de Polícia do Município de Salvador, o Bairro da Paz está entre os mais violentos do município. Em combate ao crime, o Governo do

Estado da Bahia instalou neste aglomerado subnormal uma base comunitária que amenizou os índices de violência.

No entanto, o Bairro dispõe de 3 colégios de acesso gratuito; dois mantidos pelo governo municipal e um mantido pelo governo estadual. As associações fundaram 3 creches que funcionam com poucos recursos, mas permanecem até hoje. A Santa Casa de Misericórdia sustenta um Centro de Referência com Promoção Social e Capacitação como uma forma de proporcionar o conhecimento técnico. O Centro tem como um dos objetivos a tentativa de criar oportunidades para jovens, afim de que não se desviem para o crime.

Com a criação do Projeto de recuperação de praças municipais, a prefeitura municipal construiu uma praça na Rua da Gratidão (Figura 3.13).

Figura 3.13 – Praça da Gratidão



Fonte: BARBOSA, L., Acervo Pessoal, 2014.

A titulação de posse de imóvel tem sido feito com sucesso. Apenas no ano de 2014 foram entregues cerca de mil escrituras de legalização de imóvel no Bairro da Paz pelo programa municipal Casa Legal<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> O programa Casa Legal foi criado pela Prefeitura Municipal de Salvador visando regularizar a posse de terra de 30 mil famílias do município no período de quatro anos.

É possível perceber as mudanças que só puderam ser efetivadas a partir da luta cotidiana da população do Bairro da Paz. Em combate ao esquecimento, a resistência teve um papel fundamental para a sobrevivência, para as melhorias e para servir como perspectiva de um futuro mais digno no Bairro da Paz.

#### Referências

Barbosa, L. J.; Caldas J. **Mapa de Localização Bairro da Paz**. Salvador: Sistema Cartográfico e Cadastral do Município do Salvador, 2014.

\_\_\_\_\_. **Mapa Topográfico Bairro da Paz**. Salvador: Sistema Cartográfico e Cadastral do Município do Salvador, 2014.

BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Brasília, 1997. Legislação Federal e marginária.

CORREIA, M. A. **Repercussões socioambientais da expansão urbana de Salvador – Ba**: um estudo de caso: avenida paralela. Gioânia: Anais do VI Congresso Brasileiro De Geógrafos, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 01 out. 2014.

MOREIRA, C. Manifestações congestionam tráfego na Paralela. **Tribuna da Bahia**, Salvador, 07, setembro, 1998.

MOURA, M. Bairro da Paz espera na lama a implantação de saneamento. **A Tarde**, Salvador, 23, fevereiro, 1999.

SCHEINOWITZ, A. S. **O macroplanejamento da aglomeração de Salvador**. Salvador: Secretária da Cultura e Turismo, EGBA, 1998.

SUPERINTENDÊNCIA DE TRANSPORTE E TRÂNSITO DE SALVADOR (TRANSALVADOR). Linhas de ônibus. Disponível em: <<http://www.transalvador.salvador.ba.gov.br/?pagina=onibus/onibus>>. Acesso em: 07/11/2014.

## Considerações Finais

Ao término deste trabalho, acredita-se que o objetivo de caracterizar o processo de resistência no Bairro da Paz foi alcançado. Entretanto, este conteúdo não se finda aqui, tendo em vista que novos processos de resistências acontecem, com novas características e novas demandas a partir dos acontecimentos temporais.

Esta monografia foi construída e organizada em três principais aspectos. No primeiro momento foi desenvolvida a abordagem teórica, enquanto no segundo momento analisou-se o processo de urbanização na perspectiva do aglomerado subnormal e as legislações e normas urbanísticas que caracterizam a ocupação formal no município do Salvador. Por último houve a caracterização do Bairro da Paz onde se identificou a importância da resistência no processo formação do aglomerado e os impactos de resistência neste bairro.

A princípio, a resistência foi entendida como algo que está associado ao ser humano e que não se dissocia do poder. Neste sentido, não há poder sem resistência, ou resistência sem poder.

O poder é entendido como um exercício que motiva a ação humana. Para ser efetivado, é necessário, sobretudo, um público e um discurso específico que seja capaz de convencer. Porém, a resistência nasce a partir da necessidade de interpelar e questionar os discursos de convencimento. Resistir se tornou um movimento coletivo em combate a adversidade social, ao esquecimento, a falta de investimentos.

Os aglomerados subnormais se tornaram evidentes a partir dos movimentos socioterritoriais entre os anos de 1940 a 1980, que impulsionou a migração de um vasto contingente de pobres para as cidades grandes, tendo como resultado a habitação precária e irregular. Hoje o Brasil conta com 6.329 aglomerados subnormais distribuídos entre os 5.570 municípios e presente no Bairro da Paz.

O Bairro da Paz teve seus primeiros indícios de habitabilidade no ano de 1982 e está situado na Região Administrativa de Itapuã e entre dois principais eixos do município do Salvador, sendo eles a Avenida Luiz Viana, conhecida como Avenida Paralela e a Avenida Orlando Gomes.

O bairro desde o seu processo de ocupação até os dias atuais convive sob pressões principalmente pelo mercado imobiliário. A existência dessas pressões persistem devido à localização do bairro em uma área nobre que inicialmente estava projetada para o capital imobiliário e para um público de *status*. Consequência dessas repressões é a pouca falta de investimento no bairro forçando os moradores a utilizarem de instrumentos populares para terem no mínimo condições dignas de moradia.

O Bairro da Paz é caracterizado pela falta de infraestrutura básica. Não existe esgotamento sanitário adequado, há a ausência de pavimentação no maior percentual de vias, parte do bairro está propício a enchentes em período de chuva por conta da ausência de drenagem urbana. O acesso à rede elétrica está presente em maior número de domicílios, no entanto, a iluminação pública se concentra limitada apenas as principais vias.

Desde a formação do Bairro da Paz o Estado se mostrou distante e pouco se investiu no bairro. Isso significou, em termos reais, a ineficiência no controle e na gestão do solo urbano, o que culminou em problemas, como os encontrados no bairro.

A partir do conjunto de problemas identificados neste trabalho e de outros possíveis que surgirão, propõe-se um Plano de Bairro, onde possa garantir o bem estar e a vivência coletiva entre os moradores do Bairro da Paz.

O objetivo será analisar e organizar as demandas apresentadas por cada organização ligada ao Bairro da Paz e reivindicar junto a Prefeitura Municipal de Salvador e o Governo do Estado da Bahia. Neste sentido, sugere-se a presença da comunidade acadêmica nesta organização, de modo especial o curso de Urbanismo da UNEB através da Urbanistika para colaboração técnica-científica.

Para a efetivação do Plano, será necessária a sensibilização dos moradores e isso se dará a partir da articulação dos movimentos e ONG's com o já formado Fórum Permanente de Entidades do Bairro da Paz. Em seguida, seria feita uma leitura de levantamento técnico do Bairro da Paz.

Para que seja possível a hipótese de intervenção, será preciso uma análise dos instrumentos legais, subsidiado com o que foi exposto nesse trabalho, no que diz respeito à cidade legal e também outros instrumentos como o Estatuto da Cidade, a Lei da Assistência Técnica, entre outras que darão suporte legal, além de apontar meios para arrecadação de recursos.

O Plano atuará também como um instrumento de resistência. Deste modo, o desejo de melhoria e a busca por dignidade que prevalece entre os moradores terá grandes chances de se tornar uma realidade.

Com uma das falas marcantes de um dos moradores conclui-se este trabalho:  
*“O Bairro da Paz existe porque seu povo resiste!”*

## Referências

BOBBIO, N. **Dicionário de Política**. 11. Ed. Brasília: Ed. UNB, 1998.

BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Brasília, 1997. Legislação Federal e marginária.

CELLA, J. R. G. Weber, Kelsen, Hebermas e o Problema da Legitimidade. Granada: Academia, 2005.

CARLOS, A. F. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 2005.

CHAUÍ, M. **Conformismo e Resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORREIA, M. A. **Repercussões socioambientais da expansão urbana de Salvador – Ba**: um estudo de caso: avenida paralela. Gioânia: Anais do VI Congresso Brasileiro De Geógrafos, 2004.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro, Graal, 1976.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 01 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010**: Aglomerados Subnormais Primeiros Resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

\_\_\_\_\_. **Perfil dos Municípios Brasileiros**: MUNIC. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Metodologia de Avaliação de Resultados**: o caso das intervenções do PAC Urbanização de Favelas. Brasília: IPEA, 2013.

MONTEIRO, L. B. **O Espaço Público no debate atual**: uma crítica ao urbanismo pós-moderno. Goiânia: Estudos, 2008.

MOREIRA, C. Manifestações congestionam tráfego na Paralela. **Tribuna da Bahia**, Salvador, 07, setembro, 1998.

MOURA, M. Bairro da Paz espera na lama a implantação de saneamento. **A Tarde**, Salvador, 23, fevereiro, 1999.

ROLNIK, R. **A Construção de uma Política Fundiária e de Planejamento Urbano para o País**: Avanços e Desafios. Brasília: IPEA, 2006.

SALVADOR. Lei nº 8.167 de 2012. Dispõe sobre a Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo do Município de Salvador e dá outras providências.

SALVADOR. Lei nº 3.903 de 1988. Institui normas relativas à execução de obras do Município do Salvador, alterando as Leis nºs 2.403/72 e 3.077/79 e dá outras providências.

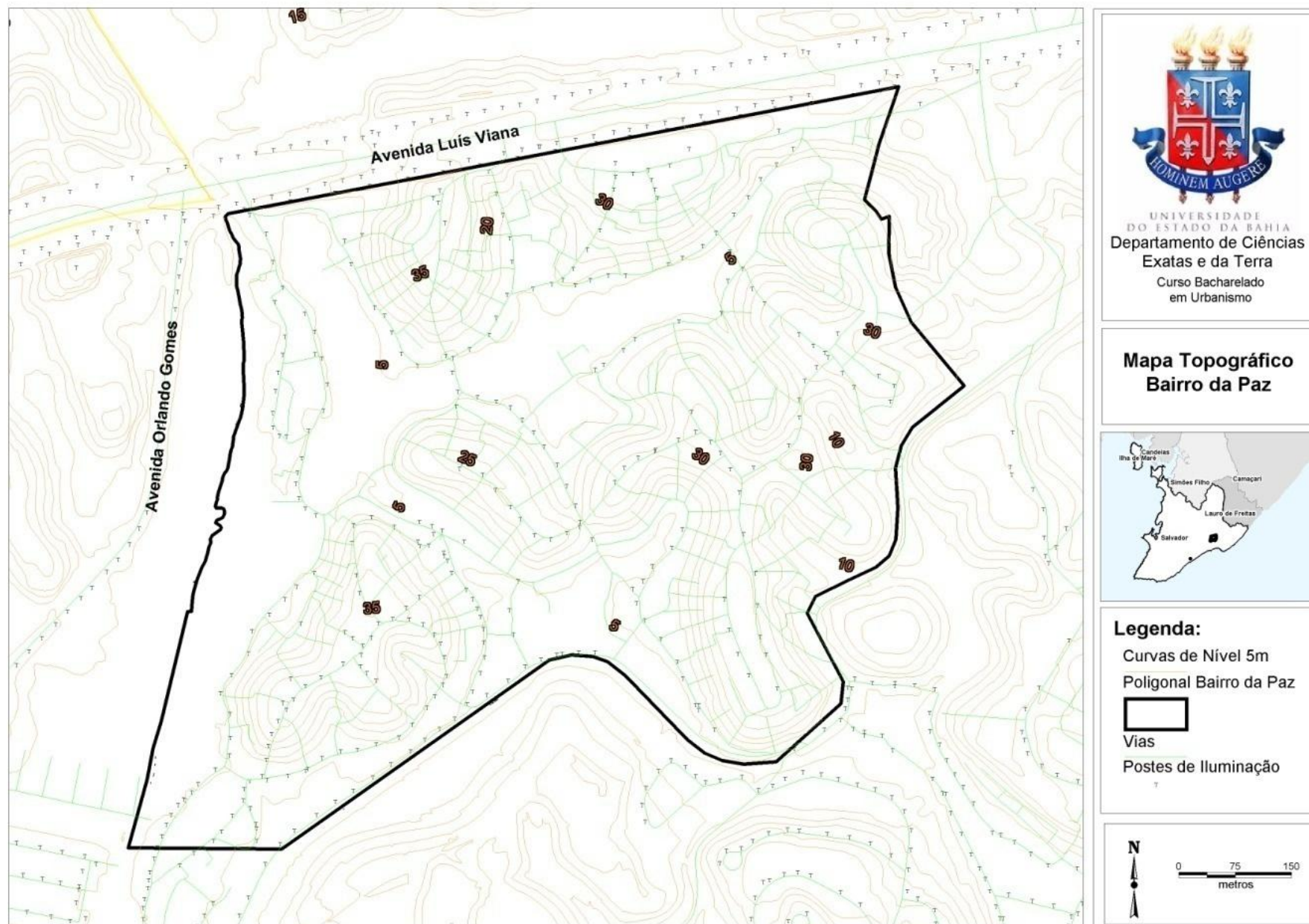
SANTOS, B. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2000.

SCHEINOWITZ, A. S. **O macroplanejamento da aglomeração de Salvador**. Salvador: Secretária da Cultura e Turismo, EGBA, 1998.

SUPERINTENDÊNCIA DE TRANSPORTE E TRÂNSITO DE SALVADOR (TRANSALVADOR). Linhas de ônibus. Disponível em: <<http://www.transalvador.salvador.ba.gov.br/?pagina=onibus/onibus>>. Acesso em: 07/11/2014.

VENTURA, R. **Os paradoxos do conceito de resistência**: do mesmo à diferença. Aracaju: Estudos de Psicanálise, 2009.

## **Apêndices**





UNIVERSIDADE  
DO ESTADO DA BAHIA  
Departamento de Ciências  
Exatas e da Terra  
Curso Bacharelado  
em Urbanismo

### Mapa de Localização Bairro da Paz



#### Legenda:

Vias

Poligonal Bairro da Paz



0 75 150  
metros

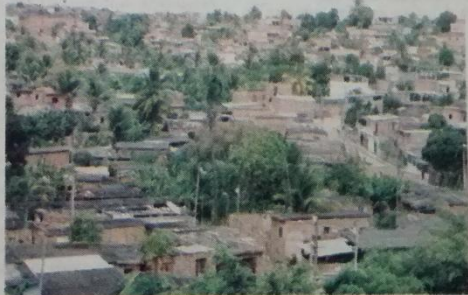
**Anexos**

Recortes Jornalísticos

# Bairro da Paz ganha Centro de Referência

CRISTIANE FLORES  
Repórter

A Santa Casa de Misericórdia da Bahia inaugurou o novo Centro de Referência em Promoção Social e Capacitação do Bairro da Paz (Avançar). Localizado na antiga sede da Fundação D. Avelar, na Rua Nossa Senhora da Paz, o espaço foi totalmente reformado e ampliado, agora concentra uma série de cursos profissionalizantes e socioeducacionais. Para viabilizar empreendimento, a Santa Casa contou com apoio do Instituto Afrânio Afonso Ferreira (IAAF), da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel-Seção Bahia), além do Senac e do Sebrae.



Francisco Galvão

**BAIRRO**  
da Paz ganha centro de cursos profissionalizantes

O Espaço Avançar tem o total de dez salas para desenvolvimento de atividades profissionalizantes como corte e costura, manicure, cabeleireiro, depiladores e cursos de cozinheiro, barman, garçom, cumim,

auxiliar de cozinha e capoeira, todos supervisionados pedagogicamente pelo Senac. O Avançar abriga ainda uma Escola de Informática e Cidadania e o Balcão de Justiça e Cidadania, uma parceria com o Tribunal de Justiça da Bahia.

"Há muito tempo que sonhávamos em ter um centro de referência com ótima infraestrutura, que permitisse o desenvolvimento não só das crianças e adolescentes, mas que também possibilitasse a qualificação profissional e a geração

de emprego e renda para as famílias daqui do bairro", afirmou Carlos Santos, coordenador administrativo do Conselho de Moradores do Bairro da Paz.

Para o provedor da Santa Casa, José Antonio Rodrigues Alves, essa iniciativa de amplo alcance social vai contribuir para o desenvolvimento social e econômico dos moradores do Bairro da Paz. "Nosso objetivo é criar possibilidades de capacitação e de geração de emprego e renda em uma comunidade economicamente carente", pontua José Antônio.

A Santa Casa de Misericórdia da Bahia desenvolve atividades no Bairro da Paz desde 2005. Atualmente, a instituição mantém seis centros de educação infantil, atendendo a cerca de 800 crianças, ofertando cinco refeições diárias e educação de qualidade, visando preparar-las para viverem a cidadania.

# Bairro da Paz busca cidadania

Moradores participam dos trabalhos desenvolvidos pela Fundação D. Avelar, que incluem cursos profissionalizantes

Roberto Nunes

Com enormes problemas de infra-estrutura urbana, a exemplo da falta de saneamento básico, pavimentação, eletrificação e água encanada nos casas, os moradores do Bairro da Paz, localizada às margens da Avenida Paralela, estão vencendo a luta contra a pobreza - em busca da cidadania - através de trabalhos e obras sociais desenvolvidas pela Fundação D. Avelar, Instituto Vieira, Programa Cidade-Mais e o Centro Comunitário e Paroquial Nossa Senhora da Paz.



Foto de Cleonir de Jesus

As crianças e adolescentes do Bairro da Paz estão recebendo atenção especial através do programa de cursos profissionalizantes da Fundação D. Avelar, que forma anualmente mil e duzentos quadriculados em áreas de serigrafia, eletrônica, corte e costura industrial e pintura em tecido. Para retirar o estigma de um dos bairros mais violentos da Salvador, os líderes comunitários e as instituições estão mostrando os resultados de um trabalho sério junto a crianças e adolescentes, voltado para o futuro das novas gerações, e exigindo infra-estrutura urbana e investimentos sociais no Bairro da Paz.

**Oportunidade** - Segundo o presidente do Conselho de Moradores, o líder comunitário Valdeir de Alencar, que trabalha em conjunto com as instituições do bairro, os moradores precisam apoiar de forma ativa a infraestrutura do bairro. "A Fundação e o Centro Comunitário estão demonstrando que as condições de vida aqui são boas, apesar da situação de trabalho. Nós queremos que os profissionais desenvolvidos aqui, com idade entre 8 e 17 anos, possam se inserir no mercado

de trabalho e renda para as famílias daqui do bairro", afirmou Carlos Santos, coordenador administrativo do Conselho de Moradores do Bairro da Paz.

Para o provedor da Santa Casa, José Antonio Rodrigues Alves, essa iniciativa de amplo alcance social vai contribuir para o desenvolvimento social e econômico dos moradores do Bairro da Paz. "Nosso objetivo é criar possibilidades de capacitação e de geração de emprego e renda em uma comunidade economicamente carente", pontua José Antônio.

## Comissão aciona órgãos públicos

As soluções para os problemas de infra-estrutura do Bairro da Paz são encontradas pelos próprios moradores nas reuniões do Conselho de Moradores. Valdeir de Alencar, presidente do Conselho de Moradores, afirmou que a comissão procura resolver os problemas de infraestrutura do município e do estado.

Para reduzir o índice de analfabetismo entre os moradores, o conselho e as instituições do bairro estão solicitando do prefeito Antônio Imbassahy a construção de escolas de 1ª e 2ª graus, pois atualmente só existe a Escola Estadual Nossa Senhora da Paz - da 1ª e 4ª séries. "O posto de saúde já garante o atendimento médico dos moradores, mas precisamos de mais escolas para oferecer um futuro mais digno para as nossas crianças", aponta Estevão.

Entre os moradores, diz a dona de casa Maria do Socorro Silva, a falta d'água é o principal problema no Bairro da Paz. "Dá trabalho mesmo de usar a água por causa das doenças, como esquistossomose e cólera", aponta Maria. Segundo o líder comunitário, com sanidade e interligação do bairro com o sistema de saneamento básico e com o sistema de tratamento de água de água de Estevão.

# Bairro da Paz ganha melhorias

As intervenções no Bairro da Paz, antiga invasão das Malvinas, estão recebendo os últimos retoques. Os operários da Prefeitura concentram-se ontem na pavimentação da entrada da Rua Princesa Isabel enquanto os técnicos da Coelba promoveram a remoção de postes. As obras na localidade - que ganhou 2,5 km de ruas completamente urbanizadas - foram executadas pela Superintendência de Urbanização da Capital (Surcap), por meio de parceria com a Embasa (Programa Bahia Azul) e as superintendências de Parques e Jardins (SFJ) e de Engenharia de Tráfego (SET), e deverão ser inauguradas nesta sexta-feira.

"Estamos finalizando a primeira etapa das obras no Bairro da Paz, dando uma prova para a população de que, com determinação e disposição para trabalhar, é possível transformar a realidade dos bairros carentes de Salvador", enfatizou o secretário municipal de Infra-Estrutura, Carlos Geraldo Cova. Ele salientou que, devido ao processo de ocupação desordenado do local, os técnicos da Prefeitura encontraram muitas dificuldades para urbanizar as ruas, garantindo a largura mínima de sete metros e o funcionamento de redes de drenagem para evitar que a água das chuvas fique empoeçada sobre o pavimento asfáltico.

Na localidade, foram feitas diversas desapropriações, parciais e integrais, em trechos onde imóveis avançavam na área da pista. Todos os 2,5 km de ruas beneficiadas nesta etapa servem às linhas de ônibus que atendem aos bairros, que, com as vias bem pavimentadas, terão condições de melhorar sensivelmente a qualidade do transporte coletivo no Bairro da Paz. A questão da drenagem foi outro item que mereceu atenção especial. Na Rua Paripiranga, ligação entre a Avenida Paralela e o bairro, foi feita uma galeria de concreto por baixo da pista.

# Bairro da Paz: prefeitura lança programa para regularizar posse

**HABITAÇÃO** O Bairro da Paz é o primeiro a receber o Projeto Casa Legal, que busca regularizar a posse do uso da terra em terrenos de propriedade do município. Segundo a prefeitura, que lançou ontem o projeto, 6,5 mil famílias serão beneficiadas com a regularização. A previsão é conceder a posse de terra a 30 mil famílias em um prazo de quatro anos, em 19 áreas da cidade. O primeiro título foi entregue ontem à moradora Josefa dos Santos, 76, que vive no bairro há 23 anos. De acordo com o prefeito ACM Neto (DEM), os títulos serão "acompanhados de ações na área de infraes-

trutura para melhor a qualidade de vida das pessoas". Presente no lançamento, o coordenador-geral do Fórum Permanente de Entidades do Bairro da Paz, Carlos Santos, diz que tem uma preocupação com relação à especulação imobiliária na região onde fica o Bairro da Paz. A promotora de Justiça de Habitação e Urbanismo, Hortência Gomes Pinho, disse que a preocupação é que a regularização fundiária cumpra a lei. Com o lançamento do programa, a prefeitura está fazendo o levantamento dos terrenos cujas famílias podem ser beneficiadas.

